

A escola Martinelli

Marcos Sá Corrêa

Nos anos 60, muito antes que o ministro Ernane Galveas começasse a freqüentar o Clube de Paris, um cidadão imortalizou-se na história policial do Rio de Janeiro ao ser comido vivo por um enxame de promissórias vorazes. Chamava-se José Benito Martinelli — ou melhor: chama-se ainda, pois sobrevive atualmente, três décadas depois de herdar uma das maiores fortunas do país, vendendo relógios de pulso nos bares e restaurantes de Copacabana.

Por ser criatura do mundo real das pessoas físicas — portanto, habitar uma escala em que os atos humanos costumam ter consequências e às vezes consequências cruéis — Martinelli desceu em poucos anos o escorrega de erros que vai da riqueza quase incomensurável ao miseré praticamente absoluto. Fez isso com duas fórmulas que andam em voga: rolando dívidas e negociando de maneira sempre cor-data com credores duros e avaros.

Martinelli, como os bichos de fábula, tinha um pendor natural para ampliar a dimensões exemplares os gestos que, praticados no cotidiano, em doses medidas e com certa dissimulação, escondem aos olhos do público suas lições e seu conteúdo moral. Quando Martinelli se meteu a tratar com agiotas, não fez por menos — largou nas mãos deles um patrimônio pessoal orçado, no barato, em 50 milhões de dólares. Conseguiu essa proeza com cândida simplicidade. Martinelli sabia que devia. Mas não sabia quanto devia, nem por que devia. Na dúvida, assinava sob pressão qualquer papel que um credor irado enfiasse debaixo de seu nariz. No dia em que a malandragem de luxo do Rio de Janeiro descobriu essa fraqueza, a mansão Martinelli na praia do Flamengo — um palacete neogótico no Morro da Viúva que acabou, como tudo, vendido na bacia das almas para um incorporador, em negócio de legalidade muito discutível — vivia cercada por credores irados. E o pródigo — palavra que, em Direito, qualifica o insensato que atenta contra seus bens — ia assinando

promissórias de milhões de cruzeiros, sem perguntar por quê. Para resgatar esses papéis, a família entregava imóveis — até se acabarem os terrenos e apartamentos.

A política econômica brasileira prestou vestibular para a escola Martinelli de administração de dívidas na semana passada. Na mesma proporção extrema, mas didática, em que os animais das fábulas falam e se comportam como gente, existe um parentesco dessa história com a surpresa que os credores europeus fizeram ao governo, recebendo o ministro Galveas com uma fatura extra de um bilhão e meio de dólares. É claro, herdeiros perdidários e autoridades financeiras não se podem comparar ao pé da letra. Nem agiotas cariocas e banqueiros internacionais. Mas é inegável que o Clube de Paris e a escola Martinelli compartilham pelo menos uma semelhança — há momentos na história das grandes dívidas em que elas aprendem a andar sozinhas e, nesse ponto, coitado do devedor.

Pode-se evidentemente gastar resmas de papel assinalando as diferenças entre uma situação e outra. O que os banqueiros fizeram, através do Clube de Paris, foi aproveitar que o Brasil chegava com a corda no pescoço para pedir um perdão nos prazos vencidos, impingindo-lhe o reconhecimento de dívidas que, no tempo em que os créditos davam sopa, foram contratadas sem que os emprestadores apressados tomassem a menor cautela para assegurar a cobrança. Na semana passada, abrigaram-se num passe de mágica sob o aval do governo maus negócios feitos por particulares. O risco de banqueiros converteu-se em dívida oficial brasileira, avalizada pelo ministro Galveas — por mais de 110 milhões de Martinellis, que assinaram sem ver uma nova promissória. Nessa comparação, o Martinelli original leva no mínimo uma vantagem — torrava o que era dele.